

# OPERACIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS EM UMA EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO

**Francieli Norma da Silva Silveira**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Sandra Rolim Ensslin**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Donizete Reina**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Suliani Rover**  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## RESUMO

O patrimônio das organizações é representado, em grande parte, pelos recursos intangíveis, mas a literatura pouco tem explorado a questão da mensuração dos Intangíveis. Assim, este estudo objetiva contribuir para minimizar essa lacuna ao operacionalizar os métodos de mensuração de Ativos Intangíveis (AIs), abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), em uma empresa do setor elétrico. Esta pesquisa, de caráter exploratório, faz uso de dados primários e secundários de uma empresa do setor elétrico e demonstra a operacionalização dos métodos: de Lawrence Dicksee, de New York, de Hatfield, do Valor Atual dos Superlucros, do Custo de Reposição ou Custo Corrente, do Valor Econômico, do Valor de Realização e do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente. Os resultados alcançados foram: (i) dentre as vantagens da operacionalização dos métodos, destaca-se que a mensuração diminui a distorção entre o valor de mercado e o valor patrimonial de uma empresa; como desvantagem, os métodos podem não evidenciar a realidade empresarial, distorcendo informações e gerando falsas expectativas; (ii) os métodos não apresentaram convergência dos resultados; por exemplo, aplicando o *Método do Excesso Sobre o Valor Corrente*, obteve-se aproximadamente R\$ 4 bilhões negativos, enquanto que pelo *Método do Custo de Reposição*, obteve-se R\$ 1,5 bilhões; (iii) a principal dificuldade de operacionalização dos métodos é a falta de conhecimento sobre o significado das variáveis que compõem as fórmulas; e, (iv) a produção científica nacional apresenta outros métodos/fórmulas, sem operacionalizá-las de forma detalhada, como foi feito na presente pesquisa.

**Palavras-chave:** Ativos Intangíveis. Métodos de Mensuração. Operacionalização. Empresa do Setor Elétrico.

## 1 INTRODUÇÃO

O momento denominado a *Era do Conhecimento* ou a *Era da Informação* evidencia a preocupação de gestores, pesquisadores da área, profissionais contábeis e órgãos reguladores em estabelecer parâmetros para a evidenciação dos recursos intangíveis. Autores como Stewart (1998), Santos *et al.* (2007) e Sá (2008) relatam sobre esse momento.

No Brasil, essa preocupação recebeu maior atenção em 2005, por meio da Deliberação CVM n. 488/05, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 “Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações”, cujo Ativo Permanente inclui o subgrupo Ativo Intangível (AI). Essa preocupação foi ratificada no final de 2007 com a Lei n. 11.638/07, que apresentou algumas alterações no conteúdo anterior. Uma dessas alterações diz respeito a

quais recursos poderiam ser contabilizados no subgrupo Ativo Intangível, bem como a inclusão, nesse subgrupo, do ágio referente à expectativa de rentabilidade futura quando da aquisição de participações permanentes em outras sociedades (investimento). Outra mudança foi o teste de recuperação dos valores registrado no subgrupo Ativo Intangível. Observe-se que a Lei n. 11.638/07 é uma tentativa de harmonizar as normas brasileiras com as normas internacionais de Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2008; BRAGA e ALMEIDA, 2008), já que há dificuldades em se estabelecer um conceito do assunto, o que engloba esse tipo de ativo e, principalmente, como fazer para mensurar algo que é imaterial, não palpável.

Antunes e Martins (Boletim IOB, f. 9, pág. 2) expõem que os Intangíveis não são identificados na Contabilidade tradicional por serem de complexa mensuração, mas “que contribuem para a atividade empresarial”. Referente a essa contribuição dos Intangíveis nos resultados de uma organização, Sá (2008, p. 15) argumenta que “[há] sempre uma ‘discrepância’ constatável entre o que se informa ter e o que na realidade um empreendimento tem”.

Apesar de existirem diferentes abordagens para a mensuração dos Ativos Intangíveis, não se tem conhecimento de qual caminho é o mais adequado, ou qual a abordagem que apresenta menos desvantagens na aplicação, ou ainda qual reúne as maiores vantagens. Dessa forma, esta pesquisa tem como foco responder ao seguinte questionamento: *Quais as vantagens e desvantagens da operacionalização dos métodos de mensuração de ativos intangíveis apresentados por Santos et al. (2007) e Schmidt et al. (2008)?* Para responder a esse questionamento, a pesquisa tem como objetivo principal operacionalizar os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis abordados pelos autores citados em uma empresa do setor elétrico. Visando atender ao objetivo proposto, foram estabelecidos outros objetivos específicos, a saber: (i) Apresentar vantagens e desvantagens da operacionalização dos métodos de mensuração dos AIs, quais sejam, o método: de Lawrence Dicksee, de New York, de Hatfield, do Valor Atual dos Superlucros, do Custo de Reposição ou Custo Corrente, do Valor Econômico, do Valor de Realização e do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente, num total de oito métodos; (ii) Expor as convergências ou divergências dos resultados encontrados por cada método; (iii) Apresentar as dificuldades encontradas na operacionalização dos métodos usados; (iv) Verificar em pesquisas anteriores, no contexto nacional, os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis apresentados e/ou utilizados pelos pesquisadores.

A motivação para este estudo advém, primeiramente, da atualidade do tema, tendo em vista a Lei n. 11.638/07. Além disso, os Ativos Intangíveis estão em debate por serem uma fonte de vantagem competitiva e, como afirmado por Schmidt e Santos (2002), por serem responsáveis por diferenças substanciais entre o valor contábil e o valor de mercado de uma dada organização, o que torna interessante investigar os modelos/fórmulas disponíveis na literatura para o cálculo monetário dos Intangíveis/*goodwill* a fim de demonstrar a operacionalização dos métodos. Outra motivação é que, a partir dessa operacionalização, torna-se possível discutir as vantagens e desvantagens dos métodos, uma vez que, em termos de produção científica, há poucas pesquisas explorando essa questão.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, após esta de caráter introdutório, a seção dois traz a plataforma teórica, na seção três é apresentada a metodologia adotada para este estudo, a seção quatro apresenta a descrição dos resultados e a seção cinco traz as conclusões e recomendações dos autores.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Vertentes da Contabilidade: Financeira e Gerencial**

A Contabilidade, como “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização” (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2007, p. 29), faz uso das vertentes financeira e gerencial para cumprir essa tarefa. A financeira é conhecida como a contabilidade tradicional, mais voltada ao cumprimento de normas e aos usuários externos, enquanto que a gerencial não está amarrada a regulamentações para gerar a informação na tomada de decisão e aos usuários internos (FREZATTI, AGUIAR, GUERREIRO, 2006).

Os trabalhos publicados no contexto da Contabilidade têm sido informados pelas vertentes Financeira e Gerencial. O presente estudo se afilia à vertente Financeira, com o intuito de mensurar economicamente os Ativos Intangíveis por meio da operacionalização dos métodos apresentados, teoricamente, por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008).

## **2.2 Conceitos de *Goodwill***

Apesar de o tema ter ganhado relevância nas últimas três décadas, o *Goodwill* é um assunto discutido há bem mais tempo. Santos *et al.* (2007) apontam que o primeiro registro do uso da palavra *Goodwill* em decisões judiciais data de 1571, na Inglaterra, decisões estas ligadas à disputa de terras. A definição de *Goodwill* - ou fundo de comércio - é tão imprecisa quanto a definição de Ativos Intangíveis. Para muitos autores que abordam o *Goodwill*, esse é o mais Intangível dos Intangíveis pela dificuldade de reconhecimento e separabilidade dos demais ativos.

Pode-se perceber a diferença entre o *Goodwill* e os demais Intangíveis conforme Boletim IOB (2008, f. 9, p. 2), quando “algum fator consegue ser isolado como representativo de parte desse *Goodwill* e tem vida autônoma, ou seja, quando pode ser transferido a terceiros individualmente, possui valor de mercado e pode dispor de vida própria, independente da empresa; então, ele é destacado do *Goodwill*”. Ainda nesse fascículo, os autores (IOB, 2008, p. 2) definem *Goodwill* como: “a diferença entre o que vale a empresa como um todo, funcionando, e a soma algébrica do valor de mercado dos elementos patrimoniais contabilizados”.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), *Goodwill* é um ativo residual, uma diferença entre o valor de mercado e o valor contábil, dada a perspectiva de rentabilidade futura. Tendo em vista tal definição, percebe-se a dificuldade em separar esse Intangível dos demais, essa relação entre o *Goodwill* e os outros AIs não-identificáveis já é exposta por Santos *et al.* (2007).

Santos e Schmidt (2002) citam situações que podem contribuir para o surgimento do *Goodwill*, como, por exemplo, uma boa propaganda, localização, treinamento, clientela garantida, tecnologia, boa relação com os empregados, etc. Antunes e Martins (2008, IOB, f. 9, p. 2) incluem nesta lista a atividade industrial, a personalidade dos proprietários, os processos industriais, as conexões financeiras e *staffs* eficientes.

Considerando todas as definições anteriores, conclui-se que o *Goodwill* é formado por vários fatores sem vida independente que não podem ser comercializados individualmente, e que resulta da sinergia existente numa organização.

## **2.3 Conceitos de Ativos Intangíveis**

Muitos autores usam como sinônimo de Ativo Intangível o termo *Goodwill*. Entre várias definições encontradas na literatura, tem-se a de Martins (1972, p. 30) que conceitua Ativo Intangível como sendo “o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”. Já Lev (2001) define ativo intangível “como um direito a benefícios futuros que não

possui corpo físico ou financeiro (ações ou títulos de dívida)”. Numa perspectiva bastante tênue, Schmidt e Santos (2002) afirmam que são recursos incorpóreos que a empresa controla e que são capazes de produzir benefícios no futuro.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007 e 2008), os ativos intangíveis são “direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido” (2008, p. 45) e são “agregados de benefícios futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade de exploração” (2007, p. 228). Sendo assim, marcas, patentes, concessões, saem do subgrupo Ativo Imobilizado e passam a compor o novo subgrupo: Intangível.

Além das marcas, patentes, concessões, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 16), também compõem o Intangível “os direitos autorais, o fundo de comércio, os gastos com pesquisa e desenvolvimento”. Os autores (p. 17) ressaltam ainda que a “conta de Ágio por conta de rentabilidade futura, ou seja, o fundo de comércio, conhecido também como *goodwill*, agora não mais será registrado na conta de Investimentos. Permanece esse ativo, é claro, no Permanente, mas só que agora dentro do grupo de Ativos Intangíveis [...]”.

Observe-se que com a Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007 passa a ser exigido o teste de recuperabilidade do Intangível, assim como do imobilizado e do diferido. A respeito disso, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 17) comentam: “[O] que importa é que agora é obrigatória a aplicação do fundamento econômico: nenhum ativo pode existir por valor que não seja recuperável mediante venda ou utilização por parte da empresa”.

Para este estudo, é utilizado como afiliação teórica o conceito de AI como sendo: recursos não-palpáveis, com capacidade de benefício futuro. Para efeitos de operacionalização dos métodos, o Intangível calculado será sinônimo de *Goodwill*.

#### **2.4 Pesquisas sobre os Métodos de Mensuração dos Ativos Intangíveis**

No âmbito nacional, foram encontrados nove artigos que apresentavam de forma explícita fórmulas para o cálculo do *Goodwill* ou Ativo Intangível; no entanto, nem todas tinham como premissa a vertente financeira. Embora tenham sido identificados nove artigos, cabe ressaltar que apenas sete fórmulas foram identificadas, visto que os trabalhos de Carneiro (2000) e Pinto *et al* (2002) utilizam a mesma fórmula (Cálculo do Goodwill,  $G = (LL - RA - i \times AT) / F$ , onde: LL = lucro líquido, RA = remuneração da administração,  $i$  = taxas de juros aplicável ao capital imobilizado em ativos tangíveis, AT = valor total dos ativos tangíveis) e o mesmo ocorre com os trabalhos de Perez e Fama (2006) e Colauto *et al* (2008) (Grau de Intangibilidade,  $GI = VMA / PLC$ , onde: VMA = Valor de Mercado total das ações e PLC = Patrimônio Líquido Contábil).

Observou-se que o trabalho de Antunes e Martins (2002), apesar de ter sido inserido neste levantamento, é informado pela perspectiva gerencial. E o trabalho de Kayo *et al* (2006) apresenta o EVA como uma medida indireta de mensuração do *Goodwill*. Consequentemente, a pesquisa fica reduzida a cinco modelos/fórmulas. Assim, a presente pesquisa selecionou as fórmulas abordadas por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), uma vez que não foram encontradas publicações que as operacionalizassem em um contexto real, pelo menos em nível nacional.

### **3 METODOLOGIA DO ESTUDO**

O presente estudo é de natureza exploratória, pois, como afirma Gil (1994), a pesquisa tenta explorar mais detalhadamente o problema, de forma mais específica. Pode ser classificado, também, como um estudo de caso, já que traz teorias e abordagens existentes na mensuração de Ativos Intangíveis para a aplicação prática em uma empresa específica. Para

Cervo e Bervian (1983, p. 57), “estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, para examinar aspectos variados de sua vida”.

A coleta de dados é baseada em dados secundários e primários, por meio de obras bibliográficas, relatórios financeiros e questionamentos na contabilidade da empresa analisada. E, por último, a abordagem do problema é qualitativa, uma vez que objetiva operacionalizar os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis em uma empresa do setor elétrico.

Inicialmente, procedeu-se a uma busca nos periódicos nacionais - Revista de Administração Mackenzie (RAM) e Revista Contabilidade & Finanças - e nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC) e Congresso Brasileiro de Custos, classificados como “A” na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, pela CAPES. Justifica-se a escolha desses eventos e periódicos por normalmente publicarem trabalhos relacionados aos AIs.

A pesquisa abrangeu os artigos sobre AIs publicados no período de 2000 a 2008. Foi utilizado como critério de seleção dos artigos a ocorrência de palavras-chave no título, no resumo e nas palavras-chave do artigo, sendo estas: ‘Intangível, Ativo Intangível, Ativos Intangíveis e *Goodwill*.’ Como o foco desta pesquisa é analisar a vertente financeira, o critério de classificação nessa vertente contábil foi identificar trabalhos que apresentavam e/ou discutiam modelos, abordagens, fórmulas de avaliação/mensuração do *goodwill* ou dos ativos intangíveis. Sob essa perspectiva, foram identificados nove artigos, demonstrados por ano e eventos/periódicos, conforme Quadro 1.

Ano	ANPCONT	ENANPAD	USP de Controladoria e Contabilidade	Revista de Administração Mackenzie (RAM)	Revista Contabilidade e Finanças	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Brasileiro de Contabilidade	Total
2000	-	0	-	0	0	0	1	1
2001	-	0	0	0	0	0	-	0
2002	-	0	1	1	0	0	-	2
2003	-	1	0	0	0	0	-	1
2004	-	0	0	0	0	0	-	0
2005	-	0	0	0	0	0	-	0
2006	-	0	0	1	1	0	-	2
2007	0	0	1	0	0	0	-	1
2008	0	1	1	0	0	0	0	2
Total	0	2	3	2	1	0	1	9
Total %	0%	22%	34%	22%	11%	0%	11%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 1 - Artigos sobre Ativos Intangíveis, *Goodwill*, publicados no período analisado.

Cabe ressaltar que: O Congresso ANPCONT teve seu início em 2007; assim, só foram investigados os anos de 2007 e 2008. O Congresso USP teve sua 1ª edição no ano de 2001; assim, foram investigados os anos entre 2001 e 2008. Em relação ao Congresso Brasileiro de Custos, o ano de 2008 não foi investigado em função dos anais não estarem disponíveis para consulta. Por fim o Congresso Brasileiro de Contabilidade é realizado a cada quatro anos, mas foram investigados apenas os anos de 2000 e 2008, pois não foi possível acesso aos artigos do ano de 2004. Assim, percebe-se pouca investigação, por parte dos pesquisadores brasileiros

sobre esse tema, uma vez que foram encontrados apenas nove trabalhos.

O presente estudo baseia-se nos métodos de mensuração de avaliação dos Intangíveis abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), que são apresentados apenas de forma teórica, sem a preocupação de demonstrar sua operacionalização. Também faz uso de um artigo encontrado no site: [http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill-cladea\\_e\\_17cbc.pdf](http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill-cladea_e_17cbc.pdf), acessado em 12/05/2008, intitulado *Discussão, Mensuração e Avaliação do Goodwill: Da Questão Teórica à Prática Empresarial*, de Negra *et al.* (2004), que operacionaliza os métodos de Santos *et al.* (2007) no contexto de um processo judicial de retirada de um dos sócios de uma empresa do ramo gráfico, necessitando apurar o efeito da perpetuidade. Entretanto, enquanto Negra *et al.* (2004) usam dados fictícios, o presente estudo faz uso de dados reais de uma empresa do setor elétrico. Sendo assim, a presente pesquisa se configura como um estudo empírico, semelhante à proposta de Negra *et al.* (2004), no contexto de uma empresa do setor elétrico.

#### 4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nas informações financeiras da empresa do setor elétrico estudada, foi elaborada a Tabela 1, com o objetivo de organizar as informações necessárias para operacionalizar os métodos.

Tabela 1 - Dados da empresa do setor elétrico para operacionalização dos métodos

ITENS	SIGLAS	VALORES (R\$)
Lucro Líquido do Exercício	LL	345.990 (em mil)
Lucro Líquido Médio (2006 a 2007)	LLm	279.818 (em mil)
Remuneração dos Administradores	RA	317,217
Taxa de Juros Aplicada ao Imobilizado Tangível (TJLP)	I	3,82 % ao ano
Fator de Multiplicação para obter o valor do Intangível	F	23,65 % ao ano
Ativos Tangíveis	AT	4.192.546 (em mil)
Duração dos Superlucros - em anos	T	16 anos
Taxa de Capitalização dos Lucros - ao ano	J	8,2% ao ano
Taxa de Retorno de um investimento de risco zero - ao ano	R	5,32 % ao ano
Taxa de Desconto atribuído aos Superlucros - ao ano	R	6,67 % ao ano
Lucro Líquido no momento 't' decrescente	LLt	322.912,467 (em mil)
Patrimônio Líquido a Custos Correntes	PLcc	3.984.662 (em mil)
Valor Econômico do Ativo	Ai	1.800 (em mil)
Valor Residual do Ativo	Vt	33.907,61 (em mil)
Resultado Econômico produzido pelo Ativo	RT	345.996 (em mil)
Lucro Projetado	Ln	390.000 (em mil)

Fonte: Adaptação de Negra *et al.* (2004).

Os dados da Tabela 1 foram obtidos por meio das demonstrações contábeis da empresa, publicadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) referentes aos exercícios de 2006 e 2007 findos em 31 de dezembro. Foram usados também o relatório da administração e as notas explicativas. Neste momento faz-se necessário esclarecer alguns dos dados:

- O lucro líquido médio foi obtido por meio da média dos lucros líquidos dos dois últimos exercícios sociais da entidade em análise. Além disso, a remuneração dos administradores foi obtida diretamente na organização estudada.
- A taxa de juros aplicada ao imobilizado tangível, que tem valor de 3,82% ao ano, é uma taxa estipulada pelo órgão - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - que regula a atividade comercial da empresa.

- O fator de multiplicação foi considerado seguindo o modelo de Negra *et al.* (2004) como resultado a divisão do lucro líquido do último exercício pela média dos lucros líquidos (neste caso, média de 2006 e 2007), subtraindo 1 (um). A diferença será o fator F.
- O valor do ativo tangível apresentado na Tabela 1 refere-se ao valor total do ativo, constante no Balanço Patrimonial da empresa, subtraído do valor do intangível que a empresa declara em notas explicativas.
- Como duração dos superlucros, foi considerado, neste caso, o período em anos que a empresa tem de concessão para atuar no mercado, que é de 15 anos, a contar do ano 2000 (ano que foi renovada a concessão).
- A taxa de capitalização dos lucros foi de 8,2% ao ano e a taxa de retorno de um investimento de risco zero usada é de 5,32% ao ano, conforme estipulações da ANEEL. Já a taxa de desconto atribuída aos superlucros foi calculada dividindo-se o valor de 100% por 15 anos - tempo de duração dos superlucros, o valor encontrado é de 6,67% ao ano aproximadamente.
- O Lucro Líquido no momento 't' decrescente foi deduzido do valor do último lucro líquido a taxa de desconto referente ao ano (6,67%), o que teve como resultado R\$ 322.912,467 (em mil).
- Também foi calculado o valor do patrimônio líquido segundo o entendimento do gestor da empresa, considerando como valor corrigido monetariamente em 31 de dezembro de 2007.
- O valor econômico do ativo é o valor de venda estimado pela empresa, obtido no setor de relacionamento com investidores da empresa em análise. Segundo o setor, o valor estimado baseia-se no valor de negociação na BOVESPA.
- O valor residual do ativo foi encontrado seguindo o exemplo do modelo de Negra *et al.* (2004), multiplicando o RT x j (resultado econômico produzido pelo ativo multiplicado pela taxa de capitalização dos lucros), resultando em R\$ 33.907,61 (em mil). Foi considerado, neste estudo, como resultado econômico produzido pelo ativo, o resultado operacional da empresa.
- No que se refere ao lucro projetado, este é o lucro previsto pela própria empresa para o próximo exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2008, e esta estimativa está em torno de R\$ 390.000 (em mil).

Com base nos dados da Tabela 1, prosseguiu-se com a operacionalização dos métodos.

#### 4.1 Método de Lawrence R. Dicksee

Este método antigo é datado de 1897 e usa, sobre o lucro líquido retido corrente, um fator multiplicador. O Quadro 2 demonstra como pode ser obtido o valor do AI a partir desse método.

<b>FÓRMULA DO MÉTODODO DE LAWRENCE R. DICKSEE</b>
$I = [(LL - RA) - (i \cdot AT)] F$ <p>Onde:</p> <p>I = valor do intangível;</p> <p>LL=lucro líquido;</p> <p>RA= remuneração de administração;</p> <p>i=taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível;</p> <p>AT=ativos tangíveis;</p> <p>F=fator multiplicativo para obtenção do intangível</p>

<b>CÁLCULO DO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE</b>
$G = [(LL - RA) - (i * AT)] F$ $G = (345.990 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546) \times 0,2365$ $G = 43.098.516,67$

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 2 – Método de Lawrence R. Dicksee

Durante a prática do método, nota-se a dificuldade do emprego de incógnitas, como por exemplo, o fator multiplicativo para obtenção do intangível e da taxa de juros adequada ao imobilizado tangível. Apesar do método não explicitar fontes de obtenção dessas variáveis, esse método pode ser considerado um método simples, de poucas variáveis, cujas informações podem ser facilmente usadas pelo gestor da empresa.

O método do emprego do Lucro Líquido não é o mais adequado para Santos *et al.* (2007), visto que esses autores consideram o fluxo de caixa o mais apropriado.

#### 4.2 Método de New York

Método muito semelhante ao exposto anteriormente, datando de 1898. Sua única distinção em relação ao de Lawrence é o uso da média dos últimos cinco anos do lucro líquido ao invés de usar o lucro líquido corrente (Quadro 3).

<b>FÓRMULA DO MÉTODO DE NEW YORK</b>
$I = [(LLm - RA) - (i \cdot AT)] F$ <p>Onde:  I = valor do intangível;  LL = lucro líquido (média dos últimos dois anos);  RA = remuneração de administração;  i = taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível;  AT = ativos tangíveis;  F = fator multiplicativo para obtenção do intangível.</p>
<b>CÁLCULO DO MÉTODO DE NEW YORK</b>
$G = [(LLm - RA) - (i * AT)] F$ $G = (279.818 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546) \times 0,2365$ $G = 27.448.838,67$

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 3 – Método de New York

As suas desvantagens são as mesmas apresentadas no método de Lawrence, assim como a operacionalização também é fácil de ser atingida.

#### 4.3 Método de Hatfield

Santos *et al.* (2007, p. 250) referem-se a esse método como o “primeiro método de avaliação de ativos intangíveis a utilizar a metodologia do valor presente líquido para obter o valor da empresa como um todo e, por dedução do valor dos ativos tangíveis, o valor dos intangíveis”. O método (Quadro 4) data de 1904 e é considerado um avanço a sua época, sendo o precursor de outros métodos.

<b>FÓRMULA DO MÉTODO DE HATFIELD</b>
$I = \left[ \frac{LL - RA}{j} \right] - AT$ <p>Onde:  j = taxa de capitalização de lucros;  RA = remuneração dos administradores;  LL = lucro líquido;  AT = ativo tangível.</p>



<b>CÁLCULO DO MÉTODO DE HATFIELD</b>
$G = [(345.990 - 3.600 / 0,2869) - (4.192.546)]$ <b>G = -2.999.133.661,21</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 4 – Método de Hatfield

Essa abordagem apresenta como desvantagem a não especificidade de qual critério de avaliação do ativo tangível deve ser empregado, assim como a não definição da forma de ser calculada a taxa de capitalização dos lucros. O fato de não ser explicitada a obtenção da taxa de capitalização torna o método também dificultoso.

#### 4.4 Método do Valor Atual dos Superlucros

No método dos superlucros, é considerada a taxa de decréscimo gradativo do excesso de lucros, justificada pelo aumento de concorrentes no mercado, reduzindo a lucratividade da organização. O método ainda considera a taxa de desconto dos superlucros. Sua representação se dá pela fórmula:

<b>FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS</b>
$I = \sum_{t=1}^K \frac{(LL_t - RA - iAT)}{(1+r)^t}$
<p>Onde:</p> <p>LLt = lucro líquido no momento t, que seria decrescente;</p> <p>r = taxa de desconto atribuída aos superlucros;</p> <p>t = duração superlucros;</p> <p>RA = remuneração dos administradores;</p> <p>i = taxa de juros do imobilizado tangível</p>
<b>CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS</b>
$G = \frac{(324.365.625 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546)}{(1+0,0625)^{16}}$ <b>G = 5.768.058,17</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 5 – Método do Valor Atual dos Superlucros

O valor atual do superlucros apresenta uma maior complexidade em relação aos outros três métodos já mencionados. Igualmente, o método apresenta dificuldade quanto à taxa 'i' e não especifica qual critério de avaliação do ativo tangível deve ser empregado, além de não definir como deve ser calculada a taxa de desconto atribuída aos superlucros. Outro fato que dificulta sua aplicação é o lucro no momento t e qual momento deve ser considerado.

#### 4.5 Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente

Santos *et al.* (2007, p. 252) afirmam que o Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente (Quadro 6) “é um dos métodos mais utilizados na avaliação de ativos intangíveis”. Além disso, destaca-se que esse método permite uma aproximação do valor econômico.

<b>FÓRMULA DO MÉTODO CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE</b>
$I = \sum_{t=1}^n \frac{LL_t - PL_{cc}}{(1+R)^t}$
<p>Onde:</p> <p>LLt = lucro líquido no momento t;</p> <p>PLcc = patrimônio líquido a custos correntes;</p> <p>R = custo de oportunidade do investimento de igual risco;</p> <p>t = duração do lucro.</p>
<b>CÁLCULO DO MÉTODO CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE</b>
N

$$G = \sum_{t=1} 324.365,625 + 1.453.363$$

$$(1+0,0532)^{16}$$

$$G = 1.466.046.696,00$$

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 6 – Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente

Entre as vantagens desse método está a de usar o método de custo corrente para avaliar os ativos tangíveis líquidos. Entretanto, como desvantagens, apontam-se a não definição de como devem ser calculados o custo de oportunidade do investimento de igual risco, o patrimônio líquido a custos correntes e o tempo de duração dos superlucros.

Ressalta-se que esse é um método de difícil operacionalização, pois as variáveis envolvidas não são facilmente identificadas. Todavia, vale salientar que entre os métodos testados nesta pesquisa, a partir dos dados da companhia de energia elétrica, esse foi o de maior valor resultante.

#### 4.6 Método do Valor Econômico

Quanto ao Método do Valor Econômico (Quadro 7), Santos *et al.* (2007, p. 252) afirmam que “trata-se de um método de avaliação ideal de ativos em geral, entretanto, de difícil implementação”.

FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO
$A_i = \frac{V_t}{(1+R)^t} + \sum_{t=1}^n \frac{R_t}{(1+R)^t}$ <p>Onde:            A<sub>i</sub> = valor econômico do ativo;            V<sub>t</sub> = valor residual do ativo;            R = custo de oportunidade de empreendimento de igual risco;            R<sub>t</sub> = resultado econômico produzido pelo ativo;            n = horizonte de tempo.</p>
CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO
$A_i = [85.788,838 / (1+0,0532)^1] + \sum_{t=1}^n [299.020 / (1+0,0532)^1]$ <p><b>A<sub>i</sub> = 365.371.095,70</b></p>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 7 – Método do Valor Econômico

Como vantagem do Método do Valor Econômico, cita-se a utilidade para avaliar ativos intangíveis e tangíveis que não estejam produzindo receitas atualmente e para avaliar individualmente tangíveis. São consideradas desvantagens desse método a não definição de como deve ser calculado o custo de oportunidade do investimento de igual risco e a não definição de valor residual pelo ativo.

#### 4.7 Goodwill Encontrado com Base no Método do Valor de Realização

Conforme consta no Quadro 8, o *Goodwill* encontrado a partir do método do valor de realização é de R\$ 242.972.329,00.

FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO
$G = \sum_{i=1}^N [(L_t - PL * R) / (1 + j)]$ <p>Onde:            G = valor do <i>Goodwill</i>;            PL = Patrimônio Líquido em 2007;            R = Taxa de Retorno de um investimento de risco zero;</p>

Li = Lucro projetado para o período i – 2008; j = taxa de retorno desejada.
<b>CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO</b>
$G = [(L_t - PL * R)] / (1 + j)$ $G = \{[(390.000 - (1.453.363 \times 0,0532))] / (1 + 0,2869)\}$ <b>G = 242.972.329,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 8 - Cálculo do Método do Valor de Realização

Neste método destaca-se a vantagem do cálculo do valor do *goodwill* ao longo da existência da empresa, como principal desvantagem observa-se a dificuldade na projeção do lucro e na forma de obtenção da estimativa do mesmo num período de longo prazo.

#### 4.8 Goodwill Encontrado com Base no Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente

O método do excesso econômico sobre o valor corrente resulta no *Goodwill* de R\$ - 4.174.605.343,00. A expressão desse método é apresentada no Quadro 9 – Cálculo do Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente.

<b>FÓRMULA DO MÉTODO DO EXCESSO SOBRE O VALOR CORRENTE</b>
$EVE = \{ [ ( Vt / (1 + R)^t ] + \sum_{i=1}^n [(Rt / (1+R)^t - Acc)] \}$
Onde: EVE = Excesso do Valor Econômico sobre o valor corrente; Vt = Valor residual do ativo; R = Custo de oportunidade de empreendimento de igual risco; n = horizonte de tempo; Rt = Resultado econômico produzido pelo ativo; Acc = Ativo avaliado a custo corrente.
<b>CÁLCULO DO MÉTODO DO EXCESSO SOBRE O VALOR CORRENTE</b>
$G = \{ [ ( Vt / (1 + R)^t ] + [(Rt / (1+R)^t - Acc)] \}$ $G = [85.788,838 / (1+0,0532)^1] + [299.020 / (1+0,0532)^1 - 4.539.976,439]$ <b>G = - 4.174.605.343,00 (em mil)</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 9 - Cálculo do Método do Excesso sobre o Valor Corrente

Entre as vantagens desse método cita-se a avaliação do ativo a custos correntes. Entretanto, como desvantagem, aponta-se sua complexidade, no que diz respeito à compreensão de cada incógnita, o que pode vir por gerar grandes distorções em seu valor.

#### 4.9 Resumo dos Resultados Encontrados na Aplicação dos Métodos

Reunindo os resultados dos métodos de mensuração, foi criada a Tabela 2, onde são apresentados os valores obtidos de acordo com cada método para a mensuração do Intangível.

Tabela 2 - Resultados da Operacionalização dos Métodos

Métodos de Mensuração	Valor aproximado em R\$
Lawrence R. Dicksee	43.098.516,67
New York	27.448.838,67
Hatfield	-2.999.133.661,21
Valor Atual dos Superlucros	5.768.058,17
Custo de Reposição ou Custo Corrente	1.466.046.696,00
Valor Econômico	365.371.095,70
Valor de Realização	242.972.328,85
Excesso Sobre o Valor Corrente	-4.174.605.343,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode-se perceber, com a Tabela 2, que os resultados diferem muito um do outro,

dificultando o emprego dos métodos como forma de mensuração do Intangível em uma dada empresa, pois cada método contempla uma determinada variável. É preciso considerar o fato de que cada empresa pode usar um método diferente, podendo distorcer o real valor da organização, provocando inclusive fortes influências no mercado e até na concorrência, mensurando por um valor muito maior do que outra empresa com características de mercado semelhantes e de patrimônio físico próximo à sua realidade.

Na aplicação dos métodos na empresa analisada, pode-se observar que os métodos mais antigos, como o de Lawrence R. Dicksee e de New York, são os mais simples quanto à obtenção das variáveis pelo gestor de uma empresa, mas não são os métodos que resultaram em maior valor no caso da empresa analisada. Seguindo esse raciocínio, acrescenta-se que os métodos ainda podem ser aplicados de forma equivocada, de acordo com o entendimento de cada gestor sobre cada variável empregada.

Como Sá (2008, p. 53) descreve, “[n]em sempre a maior sofisticação ajuda tais apurações, pois clareza e exatidão são requisitos fundamentais em tais operações onde singeleza e eficácia são alvos a serem perseguidos”. O autor continua afirmando que “[a] tarefa requer conhecimentos razoáveis de Contabilidade e suplementarmente de: Administração, Técnicas de produção, Estatística, Economia e Direito de Empresa (Civil, Comercial, e Tributário, especialmente”. Com propriedade, Sá ainda acrescenta que falta padronização de nomenclatura e metodologia no trato dos Intangíveis.

Por outro lado, há algumas vantagens de se operacionalizar os métodos, entre elas está o fato de que a mensuração diminui a distorção entre o valor de mercado e o patrimonial de uma entidade, contribuindo na tomada de decisão quanto à compra ou à venda de uma empresa, atraindo investimentos. Segundo (SILVA, ROBLES JUNIO, 2007, p. 5), “o valor do ativo intangível é de fundamental importância para a avaliação de uma empresa (...)” uma vez que “criar valor para os sócios ou acionistas é um imperativo, pois estes não se dispõem a financiar uma entidade que destrua valor” (RODRIGUES, GONÇALVES, 2007, p. 5).

Enfim, a pesquisa permitiu algumas afirmações quanto à empresa em análise e aos métodos de mensuração, entre elas a de que ainda há muito para ser aprimorado na área dos Intangíveis e a de que as distorções podem ser substanciais.

#### **4.10 Opinião dos Autores em Relação aos Métodos**

Embora os profissionais contábeis e os autores da área concordem que a mensuração dos recursos Intangíveis é necessária para o melhor gerenciamento de uma organização, com o objetivo de se ter uma informação fidedigna da realidade empresarial, pouco se evoluiu para expressar os ativos incorpóreos em valores monetários dentro das Demonstrações Contábeis.

A literatura disponível a respeito é escassa e pouco contempla formas de mensuração dos Intangíveis financeiramente. O material literário que trata dos recursos Intangíveis, quando abordam a mensuração na vertente financeira, não expõe de que forma aplicar as fórmulas, como identificar as variáveis (incógnitas), em que condições uma dada organização deve optar por uma fórmula em detrimento de outra. Mesmo em artigos mais recentes que abordam o tema e operacionalizam os métodos, não é divulgado como são obtidas as variáveis que compõem as fórmulas, que valores foram usados para alcançar o resultado do *Goodwill*, e, principalmente, os dados usados são fictícios, sem tomar como base uma realidade organizacional.

Considerando a escassez de material bibliográfico, a operacionalização dos métodos tornou-se tarefa árdua neste trabalho, inviabilizando generalizações a respeito dos métodos aplicados na empresa em análise. Assim, destaca-se que os métodos apresentam dificuldade de operacionalização, especialmente os métodos mais recentes, que abrangem mais variáveis,

exigindo maior conhecimento do gestor acerca de cada variável que afeta a empresa.

Quando não há um modelo consagrado a ser seguido, surgem distorções, isto é, cada gestor poderá ter um entendimento sobre as variáveis envolvidas, podendo numa mesma empresa – quando a mensuração é efetuada por mais de um profissional/equipe – resultar em valores muito distintos um dos outros, mesmo se for aplicado um método único. Nessa perspectiva, os autores reforçam que, além do entendimento pessoal dos responsáveis pelo cálculo, há o fato de que a opção por um dos métodos privilegia uma variável ao invés de outra, modificando significativamente os valores do *Goodwill*.

Contudo, compreende-se a dificuldade da regulamentação da evidenciação contábil dos AIs, sem emitir uma opinião, seja favorável ou não, ao reconhecimento do *Goodwill* por meio da operacionalização dos métodos hoje conhecidos. O que se pondera é que, de fato, o Intangível agrega valor à empresa, mas que ainda não existe um método único consagrado, que respeite princípios contábeis e que contemple o valor próximo do real em uma organização. Essa opinião encontra eco nos “achados” de Santos (2007, p. 56), no que diz respeito às “Principais recomendações sugeridas sobre o *Goodwill*”, ao analisar as publicações que focalizam o *goodwill* e recomendam o “Desenvolvimento de novos meios que permitam mensurar ou avaliar estes ativos” (REIS (2004); SCHMIDT, SANTOS, GOMES, FERNANDES e MACHADO (2003); ABREU, MADEIRA e SILVA (2004); SANTOS, SCHMIDT, GOMES, PINHEIRO, FERNANDES e MACHADO (2003); ALBERTO SERRA NEGRA, MARINHO SERRA NEGRA, PIRES, FILHO, LAGE e COUTINHO (2004); CARNEIRO (2000); MENEGAT, NOVELLO, e NETO (2004) *apud* SANTOS, 2007, p. 56).

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo foi baseado na operacionalização de oito métodos de mensuração de Ativos Intangíveis abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), e ainda no trabalho de Negra *et al.* (2004), cujo objetivo é muito semelhante ao aqui traçado.

Os métodos abordados e testados numa companhia de energia elétrica evidenciaram resultados diferentes em cada método utilizado. O menor valor encontrado para o Intangível dessa empresa específica foi de aproximadamente 4 bilhões negativos, expresso pelo *Método do Excesso Sobre o Valor Corrente*. Obteve-se a maior quantia monetária no emprego do *Método do Custo de Reposição*, em torno de R\$1 bilhão e meio (de acordo com a Tabela 2). E essa discrepância nos valores encontrados talvez se deva à característica tangível da empresa, na qual a maior fonte geradora de riqueza são os bens tangíveis, contemplados nas fórmulas mais antigas. Na concessionária estudada, o maior valor encontrado foi no emprego do *Método do Custo de Reposição*, o qual enfatiza os recursos tangíveis, o que não ocorre no *Método do Excesso sobre o Valor Corrente de 1972*. Assim, pode-se constatar que os métodos são imprecisos, variando muito o valor, dependendo do modelo empregado, dificultando a operacionalização nas empresas, visto que os métodos geram divergências de valores.

Outro ponto a destacar é com relação à dificuldade de mensurar os valores dos Ativos Intangíveis, devido à falta de literatura a respeito da operacionalização dos métodos aqui expostos. A prática da mensuração esbarra na ausência de padrões a respeito de cada variável integrante do cálculo para apurar o valor do AI, já que não foi encontrado neste estudo material que evidenciasse como obter cada variável envolvida podendo distorcer o resultado. Nesse sentido, acrescenta-se que a ausência de informação sobre as variáveis deixa uma lacuna, em que cada gestor poderá ter um entendimento diferente em cada variável. Essa barreira é um fator limitante desta pesquisa, coibindo generalizações a respeito dos métodos e deixando dúvida se é possível aplicá-los a qualquer ramo de atividade/empresa.

Quanto às vantagens da operacionalização dos métodos, ressalta-se o fato de que a mensuração financeira diminui a distorção entre o valor de mercado e o valor patrimonial de uma dada empresa, auxilia na tomada de decisões quanto à venda da instituição ou de parte do ativo, funciona como atrativo para novos investimentos e novos investidores. Pode até contribuir na fidelização do cliente e no respaldo dos fornecedores, já que pode gerar uma imagem positiva da empresa e uma possível idoneidade. Aos investidores, pode ser fator determinante para um futuro investimento nessa organização ou uma futura compra da mesma.

Como desvantagens da operacionalização de qualquer um dos métodos, eles podem não evidenciar a realidade empresarial, distorcendo informações, gerando falsa expectativa e desvirtuando fatos no mercado empresarial. Além do mais, a escolha de uma das fórmulas privilegia algumas informações em detrimento de outras, não se conhecendo ainda qual delas é a que menos distancia a realidade vivida no âmbito do negócio.

Outro fator limitante desta pesquisa foi a não-divulgação de algumas informações indispensáveis para sua elaboração nos relatórios publicados pela empresa pesquisada, o que demandou muito tempo para se chegar aos dados contidos na Tabela 1.

Como recomendação, sugere-se a aplicação desses métodos a outros ramos de atividades e a desconsideração do lucro não operacional no emprego das fórmulas/métodos, uma vez que eles não respondem pela lucratividade real da empresa. Outra recomendação diz respeito à operacionalização dos métodos/fórmulas apresentadas no item 2.4 com vistas a cotejar o resultado dos métodos/fórmulas abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008) com os demais encontrados nas publicações brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, E. Capital Intelectual: Verdades e Mitos. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP: São Paulo. n. 29, p. 41-54. maio/agosto. 2002.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, E. O Capital Intelectual Integra o Goodwill. *Boletim IOB, Manual de Procedimentos*, f. 9, São Paulo, fev/2008.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2008*. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6404consol.htm>>. Acesso em 05/05/2008.

*Boletim IOB, Manual de Procedimentos. Goodwill (Fundo de Comércio) – um campo fértil para o avanço da contabilidade*. São Paulo, f. 10, mar/2008.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei n 11.638 de 28-12-2008*. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

CARNEIRO, C. M. B. Reconhecimento dos Intangíveis: elemento Essencial no Valor das Empresas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. *Anais...* Brasília: CFC, 2000. CD-ROM.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLAUTO, Romualdo Douglas; NASCIMENTO, Paulo Savaget; AVELINO, Bruna Camargos; BISPO, Oscar Neto de Almeida. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não-Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. In: ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio

de janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

*DELIBERAÇÃO da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), nº 488/05 de 03 Outubro de 2005.*

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: Uma Pesquisa Empírica a partir de pesquisadores de Vários Países. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades*. São Paulo: 7. Atlas S.A, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades – suplemento*. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Herbert; BASSO, Leonardo Fernando Cruz; KRAUTER, Elizabeth. Os fatores determinantes da intangibilidade. *Revista de Administração Mackenzie (RAM)*. São Paulo. V. 7, n. 3, p. 112-130, 2006.

LEV, B. Measuring the value of Intellectual Capital. *Ivey Business Journal*. New York, p. 16 – 20, march / april 2001.

MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. 1972. 121 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1972.

NEGRA, Carlo Alberto Serra *et al.* *Discussão, Mensuração e Avaliação do Goodwill: Da Questão Teórica à Prática Empresarial*. Santos, 2004. Disponível em: <[http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill\\_-cladea\\_e\\_17cbc.pdf](http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill_-cladea_e_17cbc.pdf)>. Acesso em 12/05/2008.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, n. 40, p. 7-24, Jan./Abr. 2006.

PINTO, J. G. A.; RIBEIRO, J. M. M.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; NIYAMA, J. K. “GOODWILL”: Uma Abordagem Conceitual. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2., 2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2002. CD-ROM.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes; GONÇALVES, Rodrigo de Souza. Problemas no Teste de Impairment dos Ativos Intangíveis: O Caso de uma Empresa de Telecomunicações Brasileira. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

SÁ, Antônio Lopes de. *Fundo de Comércio – Avaliação de Capital e Ativo Intangível: doutrina e prática*. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo, FERNANDES, Luciane Alves; MACHADO, Nilson Perinazzo. *Teoria da Contabilidade: introdutória, intermediária e avançada*. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumurra; MACHADO; Nilson Perinazzo. Modelo residual de mensuração de ativos intangíveis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 2, n. 1, p. 17-36, maio -

ago., 2008.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de Ativos Intangíveis*. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

SILVA, Silvio José Moura e ROBLES JUNIO, Antonio. Os ativos intangíveis e sua influência no valor econômico e de mercado da empresa. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

STEWART, Thomas A.; *Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.